

Lei de Responsabilidade Tarifária para a energia

A Lei nº 15.269/2025 criou um teto para os gastos da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), a ser atualizado anualmente. Trata-se de uma providência salutar: hoje, a CDE funciona como um fundo extraorçamentário de aproximadamente R\$ 50 bilhões — ordem de grandeza comparável aos recursos destinados às emendas parlamentares. Essas duas "montanhas de dinheiro" – a CDE e as emendas parlamentares – servem, frequentemente, para custear iniciativas de duvidosa racionalidade.

Em ação complementar, o deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP) apresentou o PLP (Projeto de Lei Complementar) 100/2026, que dificulta a criação de novos subsídios no setor elétrico. É uma espécie de “Lei de Responsabilidade Tarifária”, hierarquicamente superior à lei ordinária, inspirada na Lei de Responsabilidade Fiscal. A exposição de motivos do projeto é precisa ao destacar que o Brasil assiste a uma escalada insustentável de custos que corrói a competitividade da indústria e onera o orçamento das famílias, que já percebem a energia como um dos gastos de maior impacto em suas finanças.

O retrocesso é nítido quando olhamos para o retrovisor. O orçamento da CDE em 2025 foi cerca de 8 vezes maior, em termos reais, que o de 2008, meu último ano como diretor-geral da ANEEL. Esse crescimento descomunal foi impulsionado pela força política de setores beneficiados, sem a devida atenção ao impacto nas contas de luz. Por isso os reajustes tarifários têm sido sistematicamente maiores que a inflação. Agora, o governo e as próprias concessionárias de distribuição de eletricidade tentam encontrar formas de adiar parte do reajuste de 2026 para depois das eleições. Se algum estratagema for adotado, o consumidor certamente pagará a partir de 2027, com juros e correção monetária, o que deixar de pagar em 2026.

O PLP propõe uma solução estrutural para o problema, e não conjuntural. Determina que o Executivo apresente um plano para a extinção gradual de subsídios injustificáveis, preservando apenas os essenciais: universalização, tarifa social e sistemas isolados. Além disso, o projeto estabelece o óbvio: que futuras contratações de infraestrutura de transmissão e geração sigam o critério de custo-benefício, servindo de anteparo a decisões com outras motivações.

Outro ponto crucial é a segurança jurídica. O PLP propõe centralizar no Distrito Federal as disputas sobre questões regulatórias do setor elétrico levadas à Justiça, evitando a atual pulverização de decisões conflitantes em tribunais pelo país.

Espero, de forma otimista, que o PLP induza o Legislativo a revisar leis recentes que, sob influência de lobbies, concederam privilégios a alguns à custa do engordamento da CDE, paga por todos. E que o Executivo demonstre responsabilidade tarifária, resistindo à tentação de mudar as regras do jogo em 2026, com a partida em andamento.

A aprovação do PLP 100/2026 é um passo na direção correta para blindar a conta de luz contra lobbies e decisões políticas de curto prazo. A energia elétrica deve ser um motor para o desenvolvimento, e não um fardo insustentável para a sociedade. Não se trata apenas de reduzir números em uma planilha, mas de devolver previsibilidade à economia e justiça ao bolso do cidadão.

economia

Lei de Responsabilidade Tarifária para a energia

Projeto dificulta a criação de novos subsídios no setor elétrico

Jerson Kelman

Engenheiro, foi professor da Coppe-UFRJ e dirigente de ANA, Aneel, Light, Enersul e Sabesp

A lei nº 15.269/2025 criou um teto para os gastos da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), a ser atualizado anualmente. Trata-se de uma providência salutar: hoje, a CDE funciona como um fundo extraorçamentário de aproximadamente R\$ 50 bilhões — ordem de grandeza comparável aos recursos destinados às emendas parlamentares. Essas duas “montanhas de dinheiro” — a CDE e as emendas parlamentares — servem, frequentemente, para custear iniciativas de duvidosa racionalidade.

Em ação complementar, o deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP) apresentou o PLP (projeto de lei complementar) 100/2026, que dificulta a criação de novos subsídios no setor elétrico. É uma espécie de “Lei de Responsabilidade Tarifária”, hierarquicamente superior à lei ordinária, inspirada na Lei de Responsabilidade Fiscal.

A exposição de motivos do projeto é precisa ao destacar que o Brasil assiste a uma escalada insustentável de custos que corrói a competitividade da indústria e onera o orçamento das famílias, que já percebem a energia como um dos gastos de maior impacto em suas finanças.

O retrocesso é nítido quando olhamos para o retrovisor. O orçamento da CDE em 2025 foi cerca de oito vezes maior, em termos reais, que o de 2008, meu último ano como diretor-geral da Aneel. Esse crescimento descomunal foi impulsionado pela força política de setores beneficiados, sem a devida atenção ao impacto nas contas de luz. Por isso os reajustes tarifários têm sido sistematicamente maiores que a inflação.

Agora, o governo e as próprias concessionárias de distribuição de eletricidade tentam encontrar formas de adiar parte do reajuste de 2026 para depois das eleições. Se algum estrategema for adotado, o consumidor certamente pagará a partir do ano que vem, com juros e correção monetária, o que deixará de pagar em 2026.

O PLP propõe uma solução estrutural para o problema, não conjuntural. Determina que o Poder Executivo apresente um plano para a extinção gradual de subsídios injustificáveis, preservando apenas os essenciais: universalização, tarifa social e sistemas isolados.

Além disso, o projeto estabelece o óbvio: que futuras contratações de infraestrutura de transmissão e geração sigam o critério de custo-benefício, servindo de anteparo a decisões com outras motivações.

Outro ponto crucial é a segurança jurídica. O PLP propõe centralizar no Distrito Federal as disputas sobre questões regulatórias do setor elétrico levadas à Justiça, evitando a atual pulverização de decisões conflitantes em tribunais pelo país.

Espero, de forma otimista, que o PLP induza o Legislativo a revisar leis recentes que, sob influência de lobbies, concederam privilégios a alguns à custa do engordamento da CDE, paga por todos. É que o Executivo demonstre responsabilidade tarifária, resistindo à tentação de mudar as regras do jogo em 2026, com a partida em andamento.

A aprovação do PLP 100/2026 é um passo na direção correta para blindar a conta de luz contra lobbies e decisões políticas de curto prazo. A energia elétrica deve ser um motor para o desenvolvimento, não um fardo insustentável para a sociedade. Não se trata apenas de reduzir número em uma planilha, mas de devolver previsibilidade à economia e justiça ao bolso do cidadão.

A energia deve ser um motor para o desenvolvimento, não um fardo para a sociedade. Não se trata só de reduzir números em uma planilha, mas de devolver previsibilidade à economia e justiça ao bolso do cidadão

Máquinas atingem pico de descarbonização com projetos apresentados na Agrishow

Desafio para fabricantes é, também, reduzir custos operacionais, já que o diesel e a gasolina acumulam altas expressivas com guerra

FOLHA EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

Marcelo Toledo

RIBEIRÃO PRETO E CAMPINAS Setor que se desenvolveu fortemente nas últimas décadas com a utilização intensa de máquinas movidas a óleo diesel, o agronegócio chegou, em 2026, ao patamar mais elevado da descarbonização nos anos recentes, com equipamentos que utilizam combustíveis menos poluentes e, ao mesmo tempo, mantêm o desempenho dos modelos tradicionais que necessitam do derivado do petróleo.

O desafio para fabricantes com as máquinas movidas a tecnologias limpas é, também, reduzir futuros custos operacionais, já que o diesel e a gasolina acumulam altas expressivas após a deflagração da guerra no Iraque.

O custo de importação da gasolina, por exemplo, subiu 61%, conforme estimativa da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis).

O diesel, porém, foi visto como uma questão mais emergencial no início da guerra porque 30% do consumo no Brasil é importado.

Fabricantes globais de máquinas agrícolas levarão nesta semana à Agrishow (Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação), em Ribeirão Preto, no interior de São Paulo, lançamentos que vão além dos tratores com combustíveis sustentáveis — já desejados desde o início da década por produtores rurais —, como colhedoras de cana e máquinas para construção.

A Case IH, da multinacional italiana CNH, apresentará os recentes avanços em suas máquinas agrícolas movidas a etanol, como os testes de mais de 600 horas numa colhedora de duas linhas, que já colheu 20 mil toneladas de cana-de-açúcar, e o início dos testes em campo da colhedora de uma linha Austoft 9000.

Além delas, o trator movido a etanol Puma 230, apresentado na feira em 2025, passou por mais de 800 horas de rodagem no ciclo da cana desde então, e a partir do segundo semestre trabalhará no plantio de milho. Assim como ocorre com a cana, o milho é usado para produzir etanol, daí o foco em produzir uma máquina movida a etanol e que trabalhe para gerar mais etanol.

Desenvolvido no país, o projeto integra plano global da empresa de reduzir emissões e incentivar o uso de combustíveis renováveis.

Já a Case Construction, marca de construção da CNH, apresentará pela primeira vez uma máquina movida pelo combustível alternativo, a pá carregadeira



Marcelo Toledo/Folhapress



Divulgação New Holland

No alto, o protótipo 8R, trator da John Deere movido a etanol; acima, o T6.180 Methane Power, que usa propulsão por biometano

721E, configurada para atuar com bagaço de cana e que iniciará em breve os testes de campo. Todas as máquinas usam motores Ciclo Otto — o mesmo dos carros flex.

A Valtra, da empresa agrícola Agco, por sua vez, apresentará motor movido a biometano, que foi testado em lavouras com cana e grãos. Ele tem como foco nichos, como usinas que produzem o próprio combustível a partir de resíduos, segundo o diretor de marketing da marca, Fabio Dotto.

O motor, de acordo com ele, também entrega performance semelhante ao diesel. “Com mesma curva de torque e potência dos motores a diesel equivalentes, o produtor não perde desempenho, capacidade de tração ou produtividade”, afirmou.

O equipamento será apresentado em faixa de potência de até 250 cv, para transbordo e plantio em usinas de açúcar, etanol e grãos.

O biometano transforma resíduos orgânicos em energia limpa, contribuindo para reduzir emissões e, ao mesmo tempo, aproveitar subprodutos do campo de forma sustentável.

O tema ganhou força em Ribeirão Preto conforme a Agrishow se aproximava. No último dia 15,

o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), defendeu na cidade a adoção de tecnologias sustentáveis no campo.

“Hoje nós temos oito usinas colocando biometano no grid, temos mais nove habilitadas. Em muito pouco tempo a gente vai chegar numa produção de um milhão de metros cúbicos, capacidade instalada de um milhão de metros cúbicos/dia. A gente consome 14 milhões no estado e, com algum investimento a gente pode chegar rapidamente a 6,5 [milhões]”, disse, durante o Cana Summit, evento do setor sucroenergético promovido pela Orplana (Organização de Associações de Produtores de Cana do Brasil).

Na New Holland, outra marca da CNH, o trator T6.180 Methane Power, já disponível ao mercado, utiliza a tecnologia de propulsão por biometano e reduz até 80% das emissões de poluentes regulados e de 84% de CO2 em comparação com motores a diesel.

O modelo foi apresentado em 2022 após cinco anos de testes, e usa combustível processado a partir de dejetos de animais e rejeitos agrícolas. Teve como primeira compradora a SF Agropecuária, em Brasília (MS).